

GÊNERO E MEIO AMBIENTE: O CUIDADO AMBIENTAL (NÃO) INERENTE À MULHER

GENDER AND THE ENVIRONMENT: ENVIRONMENTAL CARE (NOT) INHERENT TO WOMEN

Recebido em: 20/08/2021

Aceito em: 04/09/2021

Aline Rodrigues Maroneze¹

Resumo: Este ensaio teórico tem como objetivo principal estudar sobre relação das mulheres com a natureza e o ideal de cuidado com o meio ambiente, como sendo algo (não) inerente à mulher, para isso, buscaremos fazê-lo através de uma perspectiva ecofeminista. Dessa forma, os objetivos específicos estão estruturados em três seções trabalhadas ao longo da construção deste artigo, são eles: a) estudar sobre a (in)visibilidade feminina ao longo da história; b) pesquisar sobre o patriarcado e o reforço da ideia de dominação/subordinação, bem como o reforço dos papéis impostos às mulheres e aos homens, onde através do reforço destes papéis às mulheres estariam mais ligadas a ideia de cuidado, por fim, c) aprender sobre a relação das mulheres com a natureza, valendo-se das teorias ecofeministas e autores adeptos da ecologia profunda, como Fritjof Capra. Assim, a problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal e capitalista, que naturaliza a lógica de opressão - dominação dos homens sobre as mulheres, portanto, estariam elas mais ligadas à ideia do cuidado ambiental pelo fato de serem mulheres ou isso também foi uma construção patriarcal? Contudo, pudemos verificar que o cuidado ambiental não é inerente à mulher, é mais uma criação patriarcal, que insiste em estipular e atribuir papéis a homens e mulheres, reforçando estereótipos negativos e opressores, buscando ligar à imagem da mulher com a amorosidade e com o cuidado, e a do homem com a de superioridade e dominação, dominação esta presente inclusive na sua relação com a natureza. A metodologia utiliza o método indutivo e a revisão bibliográfica, por livros, revistas e pela busca eletrônica por artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, que tenham alguma relação com a temática de pesquisa.

Palavras-chave: Cuidado Ambiental; Patriarcado; Ecofeminismo.

Abstract: This theoretical essay has as its main objective to study the relationship of women with nature and the ideal of care for the environment, as something (not) inherent to women, for that, we will seek to do it through an ecofeminist perspective. Thus, the specific objectives are structured in three sections worked throughout the construction of this article, they are: a) study about the (in)visibility of women throughout history; b) research on patriarchy and the reinforcement of the idea of domination/subordination, as well as the reinforcement of the roles imposed on women and men, where through the reinforcement of these roles women would be more linked to the idea of care, finally, c) learn about women's relationship with nature, drawing on ecofeminist theories and authors adept at deep ecology, such as Fritjof Capra. Thus, the research issue is based on the assumption that in a patriarchal and capitalist society, which naturalizes the logic of oppression - domination of men over women, therefore, they would be more linked to the idea of environmental care because they are women or that was it also a patriarchal construction? However, we could verify that environmental care is not inherent to women, it is more a patriarchal creation, which insists on stipulating and assigning roles to men and women, reinforcing negative and oppressive stereotypes, seeking to link the image of women with love and with the care, and that of man with that of superiority and domination, domination is present even in his relationship with nature. The methodology uses the inductive method and bibliographic review, through books,

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI, Campus de Santo Ângelo/RS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES/ PROSUC. Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Cerro Largo/RS (2020). E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

magazines and electronic search for scientific articles on Google Academic and Scielo, which have some relationship with the research theme.

Keywords: Environmental Care; Patriarchy; Ecofeminism.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico tem como objetivo estudar a relação entre gênero e natureza, sobretudo, verificar se em razão do gênero as mulheres estariam mais ligadas à ideia do cuidado com a natureza. De tal sorte, a pesquisa busca compreender sobre a questão da opressão e da dominação que tanto natureza quanto as mulheres sofrem do patriarcado, bem como se as mulheres estariam mais ligadas ao cuidado com a natureza ou não.

Dessa forma, a pesquisa está estruturada em três seções, num primeiro momento busca-se a) estudar sobre a (in)visibilidade feminina ao longo da história; b) pesquisar sobre o patriarcado e o reforço da ideia de dominação/subordinação, bem como o reforço dos papéis impostos às mulheres e aos homens, onde através do reforço destes papéis, as mulheres estariam mais ligadas a ideia de cuidado, por fim, c) aprender sobre a relação das mulheres com a natureza, valendo-se das teorias ecofeministas, e de autores adeptos da ecologia profunda, como Fritjof Capra.

Nesse sentido, a problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal e capitalista, que naturaliza a lógica de opressão - dominação dos homens sobre as mulheres, estariam elas mais ligadas à ideia do cuidado ambiental pelo fato de serem mulheres, ou isso também foi uma construção patriarcal?

Assim, a realização desta pesquisa será baseada no método hipotético-dedutivo. Como técnicas, específicas serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, mediante as quais serão apresentados os posicionamentos doutrinários acerca do problema debatido neste trabalho. Portanto, o estudo será uma revisão de literatura, tendo como base principal responder a problemática que pauta este ensaio teórico.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A (IN)VISIBILIDADE FEMININA AO LONGO DA HISTÓRIA

Durante muito tempo as mulheres foram deixadas no segundo plano na história, podemos até dizer que eram vistas e tratadas como seres inferiores, e esta afirmação pode ser confirmada com o que o filósofo Aristóteles (1991), diz sobre as mulheres em sua obra “A Política”, ao ressaltar

que: “Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção” (ARISTÓTELES, 1991, p. 29).

Os tempos eram outros, alguns vão dizer, é verdade, mas o pensamento de Aristóteles continua a influenciar a nossa sociedade e a forma que ainda vemos as mulheres, prova disso que ainda é necessário buscarmos a preservação da vida e da dignidade das mulheres através de legislações e políticas públicas que possam vir a dar conta de conter os mais diversos tipos de violência ainda experimentados por elas.

Com base na citação de Aristóteles trazida alhures, não é difícil verificar o *status* de coisa que era conferido às mulheres, que conforme a lógica do patriarcado tinha como propósito de que as mulheres existissem apenas para a satisfação dos homens, tanto que Aristóteles (1991), volta afirmar que a força do homem verdadeiramente se mostra quando faz com que a mulher o obedeça: “A força de um homem consiste em se impor, a de uma mulher, em vencer a dificuldade de obedecer” (ARISTÓTELES, 1991, p. 31).

Michelle Perrot (2019), vai explicar que esta invisibilidade das mulheres vai ocorrer por diversas razões, dentre as quais está a domesticidade, já que às mulheres era reservado somente o espaço do lar e da vida doméstica.

Pegando como referência, mais uma vez, a obra de Aristóteles, as mulheres naquela época não tinham espaço na vida pública, sequer na vida política, já que eram igualadas ao *status* de coisa. E por conta desta vida doméstica, durante muito tempo acreditou-se que as mulheres não possuíam nenhum relato de importância sobre a história ou qualquer outro assunto.

Sobre a questão da irrelevância da participação e da importância de alguns grupos no cenário social, podemos trazer o entendimento de Nancy Fraser (2006), quando ela trabalha a questão do reconhecimento, já que para a autora o fato de existir a exclusão das pessoas em assuntos e decisões de relevância social estaria ligada à condição de serem considerados “inferiores”, aqui, no nosso caso, as mulheres seriam inferiores para a lógica patriarcal, e por isso, lhe seria negado o direito à existir com dignidade e também o papel de atrizes de relevância social e política:

[...] es injusto que a algunos individuos y grupos se les niegue el estatus de interlocutores plenos en la interacción social como consecuencia sólo de uno padrones institucionalizados de valor cultural en cuya elaboración no han participado en pie de igualdad y que menosprecian sus características distintivas o las características distintivas que se les adjudican (FRASER, 2006. p. 36).

Vejam, a questão abarca certo grau de complexidade, estudar sobre gênero é tarefa extremamente desafiadora. Para o autor Leonardo da Rocha de Souza (2013), as mulheres não sofreriam somente com a questão relacionada ao gênero, mas também por conta da questão do *status*, já que para o autor, o *status* reforça a subordinação das mulheres aos homens e o consequente menosprezo das mulheres nos mais amplos campos, levando a uma falta de representatividade nos espaços de poder, e reforçando também, a lógica da violência e do descrédito social:

Assim, o gênero combina uma dimensão de classe com uma dimensão de status, exigindo, simultaneamente, soluções provenientes da redistribuição e do reconhecimento, mantendo-se em aberto questionamentos relacionados ao peso de cada dimensão. O certo é que a solução não pode provir de apenas uma espécie de política (SOUZA, 2013. p. 80).

Importante esclarecer que juntamente com o cristianismo cria-se a ideia sobre o pecado, onde incentiva-se, sobretudo, às mulheres, o ideal de amor, doçura e o celibato, nesse sentido:

Na Idade Média, também ocorreram estas relações de dominação; as mulheres estavam submetidas à autoridade do pai ou do marido e tinham como destino certo o casamento, senão com um esposo escolhido pelo pai, num acordo de negócios, com Cristo, ao ser enviada para algum convento (era comum dizer que freiras tornavam-se esposas de Cristo) (BONINI, 2006, p. 324).

Dessa forma, como percebe-se nesta primeira parte da pesquisa, em muitos momentos a mulher é colocada numa condição de inferioridade e submissão com relação ao homem, sendo que por alguns períodos da história era equiparada ao status de coisa, como percebe-se pelos escritos de Aristóteles. Ocorre que, esta inferioridade constantemente afirmada ao longo do tempo, acaba por naturalizar as mais diversas formas de violência sofrida pelas mulheres ainda hoje.

O PATRIARCADO E O REFORÇO DA IDEIA DE DOMINAÇÃO/SUBORDINAÇÃO

Aqui, neste momento do ensaio teórico, busca-se estudar sobre a questão do patriarcado e o reforço do ideal de dominação que está presente desde a relação dos homens com as mulheres, até a relação dos homens com a natureza.

Sobre o patriarcado, a autora Sílvia Camurça (2007), esclarece que: “Há mecanismos que sustentam o sistema de dominação, através dos quais a dominação se reinventa, reproduz e perdura” (CAMURÇA, 2007, p. 32).

Nesse sentido, com base na citação da autora, podemos entender que o patriarcado compõe a estrutura social, de modo que não há como romper com o patriarcado, sem que se rompa também com a lógica que o sustenta.

Para o autor Pierre Bourdieu (2005), a lógica da dominação está tão naturalizada que em muitos momentos nem percebemos que estamos sendo submissas, e por conta desta naturalização da dominação executamos nossos afazeres até com certo grau de alegria e devoção:

[...] encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamente e de abnegação (BOURDIEU, 2005, p. 73).

A autora Carole Pateman (1993), discorre sobre uma lógica de dominação e subordinação salvaguardada pela existência de um contrato sexual, que no caso é o casamento, onde então, por ser aparentemente algo que ocorra com o consentimento voluntário do homem e da mulher, passaria uma falsa ideia de igualdade entre os gêneros.

Nesse sentido, para a autora o contrato sexual apresenta grande grau de dualidade, pois ao mesmo tempo que ele pode representar a liberdade, também pode representar a sujeição da mulher às vontades do marido, mas esta sujeição é invisibilizada e naturalizada por conta da existência deste contrato sexual:

O pacto original é tanto um contrato sexual quando social: é sexual no sentido de patriarcal -, isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993, p. 17).

Diante disso, não é errado dizer que a ideia de dominação/subordinação é própria do patriarcado. A sociedade do patriarcado está dividida entre dois campos: o campo público e o campo privado, para a autora Carole Pateman (1993), o âmbito público diria respeito à lei, a liberdade política civil, que teria início com o “contrato social”, já o âmbito privado diria respeito às relações pessoais e ao espaço doméstico, que se originaria através do “contrato sexual”:

Uma vez que se introduz o contrato, a dicotomia pertinente passa a ser entre a esfera privada e a esfera pública, civil – uma dicotomia que reflete a ordem da divisão sexual na

condição natural, que também é uma diferença política. As mulheres não têm papel no contrato original, mas elas não são deixadas para trás no estado natural – isso invalidaria o propósito do contrato sexual! As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera “civil” (PATEMAN, 1993, p. 28).

Para a autora, as mulheres passam a ser uma espécie de peça contratual, onde a partir disso, se dá a permissão para que os: “homens transformem seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” (PATEMAN, 1993, p. 21).

Ainda, a autora ressalta que: “[...] as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino” (PATEMAN, 1993, p. 49).

A questão sobre a inferiorização das mulheres pelo patriarcado é algo muito antigo, e de acordo com os entendimentos de Saffioti (2000, p. 72), isso foi perpetuado através das: “práticas sociais, em mercadorias, em rituais religiosos, além do infanticídio de meninas, do aborto seletivo de fetos femininos”.

Ainda, a autora acrescenta sobre o capitalismo, uma vez que, ao contrário do que fora difundido pelo patriarcado, não foi o capitalismo que colocou as mulheres no mercado de trabalho, por que elas sempre trabalharam, só que o trabalho nunca foi remunerado e reconhecido, de fato, como um trabalho, por acontecer no âmbito doméstico, assim:

Acham muitos que a opressão (exploração-dominação) não só das mulheres, mas também delas, era muito mais aguda no passado remoto. O capitalismo teria aberto as portas do mundo do trabalho para a mulher. Não foi nem é assim. O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens (SAFFIOTI, 2000, p. 73).

No que se refere à desigualdade de gênero, é importante esclarecer que ela encontra-se alicerçada no fato do homem ser oposto à mulher. Pierre Bourdieu (2005), escreve sobre esse antagonismo, ao afirmar que homem e mulher são opostos, assim como o pênis é da vagina. Mas, além disso, o homem é considerado autoridade, líder, racional, enquanto a mulher é sensível, emocional e frágil, por conta disso apenas o homem teria condições de desempenhar certas funções.

Assim, através dos ensinamentos de Pierre Bourdieu (2005), depreende-se que os princípios da sociedade moderna se acham como definidores do masculino, assim como a narrativa

colonizadora está presente nas desigualdades de gênero. Com base nessa lógica, apenas o homem compreende o que é mais adequado e razoável para a mulher, a sociedade e sua família, portanto seria o único melhor preparado para tomar decisões.

Destarte, as relações de gênero de acordo com a lógica patriarcal, refere que o sistema sexual define os postos sociais a serem ocupados por homens e mulheres. A partir disso, a sociedade determina os papéis a serem desempenhados a depender do gênero de cada um: “A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFIOTTI, 1988, p. 8).

Diante das citações acima, pode-se dizer que o cuidado, segundo o que preceitua os ditames patriarcais é algo mais inerente à mulher, já que como percebe-se a sociedade delimita o que é de homem e de mulher. Assim, já que a mulher ficou durante tanto tempo relegada apenas ao ambiente doméstico, cuidando do lar, dos filhos e do marido, criou-se a ideia de que ela também estaria mais ligada também a ideia de cuidado com a natureza. Mas tudo isso merece ser desconstruído, já que o cuidado não é algo inerente à mulher por conta do seu gênero. Afirmar isso, é ratificar a lógica patriarcal e reforçar estereótipos de gênero.

Dessa forma, pode-se compreender que a lógica de dominação/subordinação, reforçada pelo patriarcado continua a gerir nossas relações sociais, familiares, profissionais e também com a natureza, então para que todos possam viver de maneira mais equitativa, é necessário que se modifique toda esta estrutura de opressão que ainda continua a ser reforçada e reproduzida pela sociedade.

O CUIDADO COM A NATUREZA COMO ALGO NATURAL À MULHER

A questão a respeito de um desenvolvimento sustentável é um assunto cada vez mais em voga nos tempos de hoje, onde vem ocorrendo uma mudança de paradigma com relação a ideia de exploração incansável dos recursos naturais, os quais estão cada vez mais escassos.

Assim, muito tem se falado sobre garantir um ambiente mais saudável às gerações futuras, e a partir disso, as mulheres teriam uma relação mais ligada ao cuidado e a proteção ambiental. Esta última parte da pesquisa busca tentar identificar se isto é verdade ou apenas mais uma criação do patriarcado, que insiste em definir os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres.

Então, busca-se identificar se as mulheres estariam mais ligadas a este ideal de cuidado com a natureza ou não.

Contudo, antes de passarmos a estudar de maneira mais específica a relação das mulheres com a natureza, passaremos a estudar um pouco a respeito da questão ambiental e de desenvolvimento sustentável.

Para Rodrigues (1998): “A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social” (RODRIGUES, 1998, p. 13).

É necessário que mudemos nossa forma de olhar o meio ambiente e a natureza de forma geral, já que a continuidade da nossa vida depende da existência de um meio ambiente equilibrado e saudável.

Nesta perspectiva do cuidado com o outro, que aqui, é a natureza, buscamos os ensinamentos de Luis Alberto Warat (1994), onde ele trabalha a ideia deste cuidado de uma maneira muito mais abrangente, através da ecocidadania, assim:

As preocupações quanto ao sentido da vida estão estreitamente vinculadas à necessidade do cuidado de si mesmo. Seria a emergência de um estilo de existência inteiramente novo, dominado pelo cuidado de si mesmo. Indivíduos que se disponham a cuidar-se de todas as formas de maus tratos: em relação ao meio ambiente, ao poder e ao afeto. A ecologia como cuidado da vida; a cidadania como cuidado frente aos poderes que fundamentam a exploração e a alienação; a subjetividade como cuidado que permite liberar os afetos oprimidos (WARAT, 1994, p. 101).

Já, Henrique Leff (2009), acredita que a partir de “princípios de gestão ambiental” nasce uma economia mais equilibrada, menos preocupada com apenas seus interesses econômicos e de mercado e mais voltada para um desenvolvimento sustentável. Onde, a partir disso, a natureza possa ser respeitada e preservada:

[...] uma economia baseada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural da humanidade. Isso implicará a necessidade de legitimar os direitos e fortalecer politicamente as comunidades, dotando-as, ao mesmo tempo, de uma nova capacidade técnica, científica, administrativa e financeira para a autogestão de seus recursos produtivos e para tornar viável o manejo produtivo da biodiversidade, num projeto alternativo de desenvolvimento. (LEFF, 2009, p. 83).

Ainda, sobre os ensinamentos do autor, ele acrescenta que a ecologia também se refere aos procedimentos políticos, ultrapassando os aspectos apenas econômicos, sobre isso:

[...] a distribuição ecológica compreende os processos extra-econômicos (ecológicos e políticos) que vinculam a economia ecológica à ecologia política, em analogia com o conceito de distribuição que transfere a racionalidade econômica para o campo da economia política (LEFF, 2001, p. 67).

Contudo, a exploração e dominação da natureza faz parte da agenda e do projeto Neoliberal, que coloca os interesses econômicos a frente de tudo, e busca o extermínio de todos os que ousarem impedir, sobre isso, podemos trazer Luís Alberto Warat (2010, p. 10), que esclarece: “Este é o projeto de globalização neoliberal: submeter à servidão a todos os outros; imigrantes, mulheres, e todos os excluídos que se submetem aos construtores da torre ou ficam como inimigos, que obstaculizam a construção e devem ser aniquilados [...]”.

A partir de agora passaremos a estudar um pouco sobre a relação da mulher com a natureza, assim, Rosângela Angelin (2006), esclarece que a “Mãe Terra” ou Gaia foi adorada e cultuada pelas mais diferentes crenças, onde tinham a “Terra” como algo sagrado e divinal, esta prática é bem presente na cultura grega. Contudo, com a chegada do cristianismo, que adotava a figura masculina de um Deus, tanto a mulher quanto a natureza, passam a ser renegadas e deixam de ser tão importantes dentro dos preceitos cristãos de um Deus patriarcal.

Além disso, outro importante fator para que houvesse esta transformação social, foi o fortalecimento do patriarcado, que evidenciou o papel do masculino na criação da vida, que antes era ligado somente à mulher e à natureza. Com isso, através do cristianismo e do patriarcado passou-se a adorar Deus no masculino e passou-se também a atribuir a criação da vida a esta figura divinal do sexo masculino (DIAS, 2015).

Ademais, segundo Angelin (2006), com o surgimento da propriedade privada, onde as pessoas deixaram de ser nômades e passaram a se fixar em um local, começa a lógica opressiva de homens sobre as mulheres. Isso ocorre, baseado muito na ideia de que aos homens cabia a responsabilidade de caçar e alimentar a família, por serem considerados mais fortes e astutos que as mulheres, e a elas cabia a responsabilidade com o cuidado do lar e da família.

Ainda, Riane Eisler (2007, p. 29), afirma que o cosmos está ligado ao feminino, já que toda a vida provém dali, dito isto, a autora vê esta metagaláxia: “[...] como uma Mãe generosa, de cujo ventre aflora toda a vida, e ao qual tudo retorna depois da morte para em seguida ressurgir, como nos ciclos da vida vegetal” (EISLER, 2007, p. 29).

Importante destacar que para o ecofeminismo tanto a mulher quanto a natureza são vítimas do patriarcado, diante disso, a sociedade do patriarcado se vale da dominação e exploração dos recursos da natureza, reafirmando seu ideal de superioridade sobre os recursos ambientais e sobre a mulher (FLORES; TREVISAN, 2015).

Dessa forma, o movimento do ecofeminismo: “[...] sintetiza duas preocupações: a ecológica e a feminista. Ele pressupõe que existe uma conexão entre a dominação da natureza e a dominação da mulher” (SOUZA, 2000, p. 57).

Não é errado dizer que: “O movimento ecofeminista traz à tona a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros, pelo poder patriarcal” (MIES; SHIVA, 1993, p. 24-25).

Nesse sentido, no que se refere ao ecofeminismo, é importante dizer que ele questiona a lógica ocidental de exploração e dominação da natureza, a mesma que se reproduz com relação a prevalência de homens sobre as mulheres:

[...] o ecofeminismo contando com distintas significações, compõe uma ideia fundamental, que é a existência de uma interconexão entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a sujeição feminina aos homens, expressando a predominância de formas patriarcais na estruturação ocidental, que remete o papel da mulher apenas à reprodução social. (SOUZA E GÁLVEZ, 2008, p. 6).

Sandra Garcia (1992), vai esclarecer sobre as “construções ideológicas nas relações de gênero”, onde fica claro que do mesmo modo em que o homem trata a mulher, arraigado na ideia de sua superioridade, trata a natureza:

O debate ecofeminista enfatiza o efeito das construções ideológicas nas relações de gênero e nas formas de ação em relação ao meio ambiente. No entanto, precisamos ir mais adiante e examinar criticamente as bases materiais que são subjacentes a estas construções, ou seja, analisar o trabalho que a mulher e o homem produzem, a divisão sexual da propriedade e do poder e a realidade material das mulheres das diferentes classes, raças e castas (no caso da Índia), pressupondo que essas diferentes inserções sociais devem afetar de forma diferenciada a vida das mulheres, possibilitando diversas respostas à degradação do meio ambiente (GARCIA, 1992, p. 165).

Fritjof Capra (1991), vai nos ensinar que a Terra ou Gaia, é a origem de toda a vida, e como provedora de toda a vida: “[...] Ela nos proporciona o contexto para o novo pensamento a respeito de Deus e da Natureza”. (CAPRA, 1991, P. 04)

Assim, se a humanidade aprender a ver a Terra com respeito e reverência, reconhecendo a sua divindade, poderá modificar a forma como convive e trata a natureza. Superando a lógica cartesiana que nos ensinou a dominar e a explorar a natureza e tudo o que vem dela.

O cuidado com a mãe natureza não é obrigação somente das mulheres, embora seja assim que a patriarcal sociedade nos faz pensar, mas este cuidado precisa ser de todos nós, independente do gênero, portanto, se os homens fossem responsáveis pelo espaço doméstico, talvez isso se refletiria na proteção do meio ambiente, sobre isso:

Os filósofos adeptos a ecologia profunda afirma que, se os homens estivessem mais próximos às tarefas domésticas e de reprodução, haveria um ganho na qualidade de vida e, conseqüentemente, na proteção ambiental, uma vez que eles teriam uma percepção real da unidade e interdependência dos seres humanos com o meio ambiente. As mulheres já fazem isto, porque a elas foi deixada a tarefa do cuidado e da manutenção da vida (ANGELIN, 2006, p. 15).

Rosângela Angelin (2014), vai chamar a atenção para o fato de que não podemos cair no determinismo de afirmar que este cuidado é somente inerente às mulheres, por que então estaríamos reforçando a ideia patriarcal de que o “cuidado” e o amor é inerente somente à mulher, e assim reforçaríamos os papéis e de gênero, impostos pela sociedade e pelo patriarcado:

A vista disso é interessante notar que as mulheres possuem e, ao mesmo tempo desenvolveram, um ponto de encontro com o meio ambiente natural que foi sendo cada vez mais próximo, em decorrência de diversos fatores, entre eles o cuidado com a vida e, junto a isso, a naturalização dos papéis femininos, repassando responsabilidades para as mesmas que as aproximaram mais de situações envolvendo natureza. O que se deve ter presente como linha norteadora desse tipo de análise é o cuidado e a perspicácia para não se relativizar e universalizar a relação entre mulheres e natureza, a fim de não se incorrer no erro de naturalizar as identidades femininas numa visão determinista (ANGELIN, 2014, P. 1.572).

Conforme pode-se verificar pela citação acima, a relação das mulheres com o meio ambiente foi se tornando uma relação de proximidade por diferentes fatores e motivos, mas este cuidado com a natureza não é inerente à mulher, porque dizer isso, é (re)afirmar os papéis e estereótipos que a sociedade patriarcal nos impõe.

Dessa forma, chega-se ao final deste ensaio teórico, não porque o assunto foi esgotado, ele é muito amplo para isso, mas por que entende-se que já existe a resposta para a pergunta norteadora

deste estudo: estariam elas mais ligadas à ideia do cuidado ambiental pelo fato de serem mulheres ou isso também foi uma construção patriarcal??

A relação da mulher com o meio ambiente se dá com mais proximidade, mas isso ocorre por diferentes motivos, dentre os quais destacamos o reforço pelo patriarcado dos papéis inerentes aos homens e às mulheres. Sendo que de acordo com a lógica patriarcal eles deveriam controlar e dominar a natureza (e as mulheres), e elas deveriam cuidar da casa, dos filhos e das plantações, já que a elas cabia o ambiente doméstico.

Portanto, há um reforço pelo patriarcado de que o cuidado seria mais inerente à mulher, mas concordar com isso é reforçar estereótipos de gênero opressores. Assim, o cuidado ambiental é tarefa de todos e todas, não podendo ficar na responsabilidade somente das mulheres, já que um meio ambiente sadio e equilibrado é um direito constitucional, independente de gênero, por isso é de responsabilidade de todas as pessoas que preocupam-se com a garantia da sua vida e das próximas gerações.

Então o cuidado ambiental não é inerente à mulher, esta construção de que a mulher está mais alinhada a ideia do cuidado é uma construção patriarcal, que tenta a todo momento nos impor os papéis de gênero, ou seja, como homens e mulheres devem se portar e agir, e isso se reflete também com relação ao cuidado do meio-ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final desta pesquisa com a necessidade de uma educação ambiental sem determinismos. Não é nem natural, nem biológico, tampouco inerente à mulher a obrigação do cuidado com a natureza.

Percebe-se através do estudo proposto, que o patriarcado busca reforçar os papéis impostos aos homens e às mulheres, e isto também ocorre quando o assunto é o cuidado com o meio ambiente.

Para toda a sociedade possa sair ganhando é necessário que cessem os dualismos, é preciso que homens e mulheres se unam em espírito de cooperação, sem a necessidade presente no patriarcado de prevalência de gênero, para que no futuro possamos todas e todos gozar de um lugar mais saudável para vivermos.

Nos mais diversos âmbitos (político, profissional, econômico, ambiental, acadêmico) às mulheres é imposto o cumprimento de seus papéis sociais, como se isso fosse biológico e natural, e quando o assunto é o cuidado e a preservação ambiental isto também se verifica.

É necessário (re)construir a nossa relação com a natureza de uma forma mais amorosa e respeitosa, não por imposição ou obrigação de gênero, mas pela consciência de que fazemos parte do todo, e de que o todo também está em nós. Precisamos exercitar a alteridade e o exercício de respeitar as nossas diferenças, sem a necessidade de uma homogeneização, e isso também precisa ser feito com relação à natureza, para que assim possamos viver em harmonia com tudo e todos (as) que nos cercam.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. “**Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo**”. 2006. Acesso em: 28 jun 2021. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58angelin.htm>.

ANGELIN, Rosângela. “**Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero**”. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em 03 de jun. de 2021. p. 1569-1597.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes, 1991.

BONINI, Altair. **História**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMURÇA, Sílvia. **Nós Mulheres** “e nossa experiência comum”. In: cadernos de Crítica feminista: reflexões feministas para transformação social. Ano I. nº 0. Recife: SOS Corpo, 2007.

CAPRA, Fritjof. **Pertencendo ao universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade**. São Paulo: Cultrix, 1991.

DIAS, Paulo. **A (In)Sustentabilidade e a Contextualização da Agenda 21 Local**. Edições Viera da Silva, Lisboa, 2015.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. Trad. de Ana Luiza Dantas Borges, Rocco. Rio de Janeiro, 2007.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. “**Ecofeminismo e comunidade sustentável**”. Revista Estudos Feministas, vol. 23. Brasil: Florianópolis. 2015. Acesso em 29 jun 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37461/28755>.

GARCIA, Sandra Mara. 1992. **Desfazendo os Vínculos Naturais Entre Gênero e Meio Ambiente**. Revista Estudos Feministas, n. 0/92 p. 163-167. Acesso em: 28 mai. 21. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/15810/14302>.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura, a territorialização da racionalidade ambiental**. Trad. Jorge E. Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução: Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

NANCY, Fraser. La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In **Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Trad. de Pablo Manzano. Madrid: Fundación Paideia Galizza y Ediciones Morata, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. Contexto: São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica Marxista, nº 11, p. 71-75, 2000.

SOUZA, Leonardo da Rocha de. **A consideração dos ausentes à deliberação ambiental: uma proposta a partir da ética do discurso de Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Sandra Duarte. **Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso**. Revista Mandrágora: Revista de Estudos de Gênero e Religião. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, Ano VI. n.6, p. 57-64, dez. 2000

WARAT, Luís Alberto. **A rua grita Dionísio!** Direitos humanos da alteridade, surrealismo e cartografia. Trad. e Orgs. Vívian Alves de Assis, Júlio César Marcellino Jr e Alexandre Moaris da Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



WARAT, Luís Alberto. “Eco-cidadania e direito: alguns aspectos da modernidade, sua decadência e transformação”. Tradução de Jose Luis Bolzan de Moraes. **Revista Sequência** v.28, n. 15, junho de 1994 - p. 96-110.